



TARIFA SOCIAL

Entidade

Nome/designação:

Domicílio/sede:

Código Postal: Freguesia:

Concelho:

Número de BI/CC: Validade: NIF:

Contacto telefónico: Fax:

Correio eletrónico:

- Representado por entidade(s) identificada(s) em anexo
- Autorizo que as notificações/comunicações no âmbito do presente procedimento administrativo sejam efetuadas através de correio eletrónico

Pretensão

Venho/vimos por este meio requerer, a atribuição da tarifa social para utilizadores domésticos ao abrigo do artigo 166.º do Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Vila Verde

- 1º pedido pedido de renovação

Nota

Para efeitos de atribuição do benefício previsto no n.º 18 do artigo 166.º, o requerente deve fazer prova da titularidade do prédio de acordo com o n.º 19 do artigo 166.º do regulamento.

Documentação

- Documentos de identificação dos elementos que compõem o agregado familiar: fotocópias do Bilhetes de Identidade/Cartões de Cidadão e do Cartão de Identificação Fiscal
- Documentos comprovativos dos rendimentos de todos os elementos do agregado familiar
- Documentos comprovativos das despesas mensais fixas, nomeadamente encargos de habitação (renda ou empréstimo), saúde e educação
- Atestado da Junta de Freguesia da respetiva residência para confirmar a composição do agregado familiar do requerente, o exercício da atividade profissional renumerada dos elementos desse agregado, bem como a confirmação da existência de outros rendimentos, se for o caso

Pede deferimento

Vila Verde, _____ de _____ de _____

O/A requerente

BI/CC:

Validade:

Dados a preencher pelo signatário, conforme o Decreto-Lei n. 250/96, de 24 de dezembro



TARIFA SOCIAL

- No caso de desemprego, deve ser feita prova dessa situação, mediante a exibição da declaração da inscrição no Instituto de Emprego e Formação Profissional e ou da Declaração do Instituto de Solidariedade e Segurança Social relativa à situação contributiva
- Atestado médico comprovativo das necessidades especiais, se for o caso
- Declaração de frequência escolar, emitida pelo respetivo estabelecimento de ensino, referente às pessoas do agregado familiar que sejam estudantes
- Declaração modelo 3 do IRS
- Documento de legitimidade do representante